

ATUAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS NAS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS PÚBLICAS PAULISTAS

MARCELO INNOCENTINI HAYASHI¹

AMARILIO FERREIRA JUNIOR²

MARIA CRISTINA PIUMBATO INNOCENTINI HAYASHI³

RESUMO: A atuação e resistência dos estudantes secundaristas das escolas públicas paulistas contra o projeto de “reorganização escolar”, proposto pelo Governo Estadual de São Paulo, são focalizadas nesse artigo. Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica e documental que tem como objetivo refletir sobre o significado desses acontecimentos ocorridos na capital e interior paulista no segundo semestre de 2015. O texto inicia com a linha do tempo da ocupação das escolas seguida das formas de organização e atuação que os estudantes secundaristas utilizaram em suas lutas pela defesa da escola pública e de qualidade. Na sequência, é colocada em destaque a dupla significação da ocupação das escolas pelos alunos, ou seja, a reivindicação pela melhoria da qualidade do ensino e a defesa do espaço físico escolar como lócus sociopolítico de manifestação democrática. O texto culmina com as reflexões finais.

Palavras-chave: Ocupação de escolas. Reorganização escolar. Movimento Estudantil. Ensino Médio. Escola pública.

ACTIVITY AND RESISTANCE OF SECONDARY STUDENTS IN THE OCCUPATIONS OF PUBLIC SCHOOLS IN SÃO PAULO

ABSTRACT: The performance and resistance of high school students from public schools in São Paulo against the project of "school reorganization" proposed by the State Government of São Paulo are focused on this article. This is a study of a bibliographic and documentary nature that aims to reflect on the meaning of these events occurred in the capital and interior of São Paulo in the second half of 2015. The text begins with the timeline of the occupation of schools followed by the forms of organization And acting that the secondary students used in their struggles for the defense of the public school and of quality. In the sequence, the dual significance of the students' occupation of schools is highlighted, that is, the demand for the improvement of the quality of education

1 Sociólogo. E-mail: celohay@outlook.com.

2 Doutor em História Social. Docente da UFSCar.

3 Doutora em Educação. Docente da UFSCar

and the defense of the school physical space as a socio-political locus of democratic manifestation, culminating with the final reflections.

Keywords: Schools' occupation. School reorganization. Students' movement. High School. Public school.

ACTUACIÓN Y RESISTENCIA DE ESTUDIANTES DE BACHILLERATO EN OCUPACIONES DE ESCUELAS PÚBLICAS EN SÃO PAULO

RESUMEN: La actuación y resistencia de los estudiantes de bachillerato de las escuelas públicas de São Paulo contra el proyecto de "reorganización de la escuela", propuesto por el Gobierno del Estado de São Paulo se centran en este artículo. Este es un estudio de naturaleza bibliográfica y documental que tiene como objetivo reflexionar sobre la importancia de estos eventos en la capital e pueblos del Estado de São Paulo en la segunda mitad del año 2015. El texto comienza con la línea de tiempo de la ocupación de las escuelas y presenta las formas de organización y las actividades que los estudiantes utilizaron en su lucha por la defensa de la calidad de la escuela pública. A continuación, se destaca el doble significado de la ocupación de escuelas por los estudiantes, es decir, la demanda de mejora de la calidad de la educación y la defensa del espacio físico de la escuela como lugar de demostración sociopolítica democrática. El texto se concluye con las reflexiones finales.

Palabras clave: Ocupación de escuelas. Reorganización escolar. Movimiento Estudiantil. Bachillerato. Escuela Pública.

Introdução

Para enfrentar um mundo desigual, somos obrigados a interpretá-lo e explicá-lo, mas também a engajar-nos, isto é, a reconhecer que fazemos parte e somos parcialmente responsáveis por ele. Em outras palavras, a desigualdade não é apenas algo externo a nós, mas algo que invade nosso próprio mundo (BURAWOY, 2015, p. 142).

O convite de Burawoy expresso nessa epígrafe motivou a realização do presente estudo que se propõe a refletir sobre o significado dos acontecimentos ocorridos no segundo semestre de 2015 na capital e o interior do Estado de São Paulo, e que colocou em cena os estudantes secundaristas paulistas que protestavam contra o projeto de "reorganização escolar" do governo estadual. Um plano governamental que caso fosse posto em prática implicaria no fechamento e reestruturação de quase uma centena de escolas estaduais. Como veremos ao longo deste texto, tal proposta deflagrou uma crise no ambiente escolar marcada pela falta de diálogo do governo estadual com alunos, professores e pais, pelas manifestações dos estudantes, e pelas reações do governo e ações violentas da polícia contra os protestos estudantis. Além disso, se a proposta do governo não foi vitoriosa no sentido de atingir o seu principal objetivo, que era o fechamento de escolas, contudo, não se pode afirmar que a

“reorganização escolar” não tenha sido realizada, haja vista que houve redução no número de salas de aula.

Essa temática é examinada neste artigo que resulta de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como base a recente, mas ainda escassa literatura acadêmica⁴ produzida sobre o assunto – conforme comprovam os recentes estudos realizados por Adad e Sousa (2016); Almeida Jr. (2016); Brito (2016); Campos, Medeiros e Ribeiro (2016); Catini e Mello (2016); Januário et al. (2016); Menezes e Gomes (2016); Moraes e Ximenes (2016); Oliveira (2016); Piolli, Pereira e Mesko (2016); Santos (2016) – e notícias amplamente divulgadas na grande imprensa e nas mídias sociais.

A hipótese defendida neste texto pode ser expressa na seguinte afirmação: as lutas estudantis encetadas contra o processo de “reorganização escolar” ocorrido no Estado de São Paulo ofereceram as condições objetivas para que os estudantes refletissem sobre a necessidade de uma mudança de sentido da escola pública para a juventude. O artigo inicia apresentando uma linha do tempo das ações que envolveram as ocupações das escolas públicas paulistas no segundo semestre de 2015, buscando os seus antecedentes – representados pelo movimento grevista dos professores da rede pública estadual de ensino – e colocando em evidência a forma autoritária e burocrática pela qual o plano de “reorganização escolar” do governo paulista foi concebido e começou a ser implantado. Em seguida, são abordadas as formas de organização e atuação dos estudantes, ou seja, as estratégias e táticas utilizadas pelo movimento estudantil na luta contra a pretendida “reorganização escolar” do governo estadual paulista.

Na sequência, tendo como referência o contexto atual das lutas pela defesa da escola pública socialmente referenciada, o texto coloca em destaque o contexto atual das políticas públicas de educação para dar sentido à dupla significação da ocupação das escolas pelos alunos, ou seja, a reivindicação pela melhora da qualidade do ensino e a defesa do espaço físico escolar como lócus sociopolítico de manifestação democrática. Por fim, o texto culmina com fechamento das análises, ao refletir sobre

⁴ Não temos dúvida, entretanto, sobre o interesse dos pesquisadores no desenvolvimento de pesquisas com essa temática, as quais resultarão em produção científica relevante para os estudos na área de políticas públicas de educação. Em novembro de 2016, quando finalizávamos o processo de escrita deste artigo, alguns periódicos da área de Educação já sinalizavam a preparação de dossiês especiais sobre essa temática. A leitura dessas produções é mandatória para ampliarmos o nosso olhar sobre o processo de “reorganização escolar”.

o que move os estudantes secundaristas paulistas em suas lutas.

As Ocupações das Escolas Públicas pelos Estudantes Paulistas

“Ocupar é resistir” “Não tem arrego.” “Se fechar, a gente ocupa”. “Tomamos o que é nosso”. “Sem educação não há democracia”. “Professor é amigo meu, mexeu com ele, mexeu comigo”. “Quem fecha escolas, abre prisões”. “Educação é investimento, não gasto”. “Alckmin, inimigo nº 1 da Educação”. “Pai, afasta de mim esse Alckmin”. “Alckmin, o exterminador do futuro” (Palavras de ordem dos estudantes secundaristas paulistas, 2015).

Os episódios que ficaram conhecidos como “primavera secundarista” – a ocupação de mais de 200 escolas de rede pública paulista em reação ao projeto da “reorganização escolar” proposto pelo governo estadual em setembro de 2015 – marcaram o protagonismo estudantil organizado em torno de lutas contra esta medida que, se implantada, culminaria no fechamento de 94 unidades de ensino e causaria impactos na rotina de mais de 310 mil alunos que seriam transferidos para as unidades que seriam mantidas em funcionamento. No entanto, os antecedentes desse movimento começaram a ser delineados no dia 13 de março de 2015, quando a categoria dos professores da rede pública de ensino do Estado de São Paulo declarou greve reivindicando prioritariamente um reajuste salarial como equiparação salarial a outras categorias com a mesma formação.

Em 15 de junho, após 92 dias de paralisação, a greve dos professores chegou a um fim, sendo a maior da categoria desde aquela realizada em 1989, com duração de 82 dias (APEOESP, 2015a, 2015b). Nessa ocasião, o movimento grevista dos professores recebeu apoio dos estudantes secundaristas que também “levantaram reivindicações próprias, ligadas às melhorias na infraestrutura das escolas, contra a superlotação das salas de aula etc. (JANUÁRIO et al., 2016, p. 24).

Simultaneamente à greve dos professores no Estado de São Paulo, os professores do Estado do Paraná também entraram em greve contra as alterações no sistema de previdência que colocavam em risco as aposentadorias dos servidores do Estado. Em ambos os casos houve grande repressão policial nas manifestações, e a intervenção policial paranaense deixou mais de 200 manifestantes e cerca de 20 policiais feridos (CORRÊA, 2015).

Pouco mais de três meses depois de encerrada a greve dos professores paulistas, em 23 de setembro de 2015, o secretário da educação do Estado de São Paulo anunciou um plano governamental de “reorganização escolar” propondo a divisão das escolas segundo ciclos, isto é, cada escola seria

sede de apenas um dos ciclos que compõem a estrutura do ensino em escolas públicas: Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio, com a justificativa de que isto iria melhorar a qualidade de ensino, porém o objetivo real era cortar gastos públicos atingindo a educação. A esse respeito, Januário et al. (2016, p. 5) comentam que, ao atacar o argumento da “melhora” da qualidade do ensino ao separar as unidades de ensino por ciclo, “Faculdades de Educação de universidades públicas estaduais e federais se manifestaram contra, apontando para o potencial privatizante da educação pública”. Esses autores ainda enfatizaram que as críticas a essa proposta apontavam, principalmente

[...] a ausência de critérios minimamente científicos, tais como o isolamento de apenas uma variável na pesquisa – a quantidade de ciclos –, ignorando na análise outras variáveis igualmente importantes, tais como número de alunos por escola e turma, índice socioeconômico da região onde a unidade de ensino está situada, grau de formação das equipes de professores, diretores etc. (JANUÁRIO et al., 2016, p. 5).

Na visão de Machado e Barbio (2015), ao dividir as escolas por ciclo único, o projeto visava em longo prazo municipalizar todo o ensino fundamental. Em seguida, elencaram dez impactos mais importantes que adviriam das alterações propostas pelo governo estadual:

- 1- O projeto de reorganização escolar mudará a vida de todos, porém não foi debatido com professores, pais, alunos e funcionários das escolas de forma democrática. Fomos informados pela televisão e nosso destino será definido por decreto.
- 2- O objetivo central da “reorganização” é corte de verbas. Centenas de escolas serão fechadas, já que o remanejamento de mais de um milhão de alunos é concentrar a demanda em determinadas unidades de ensino e fechar outras.
- 3- Os professores temporários serão demitidos, pois haverá ainda menos aulas para atribuir.
- 4- Trabalhadores terceirizados da merenda e limpeza, que possuem contratos de trabalhos mais frágeis, também serão demitidos.
- 5- Mais alunos por sala de aula. A realidade de aulas lotadas será ainda pior.
- 6- A reorganização é uma preparação para abrir a escola pública ainda mais para a iniciativa privada. Com a municipalização do ensino fundamental, parcerias públicas privadas na gestão escolar poderão ser implementadas.
- 7- Os alunos terão que estudar até 1,5 km da escola de origem, o que significa 3 km entre uma escola e outra (se cada uma tiver na ponta do diâmetro) e em linha reta. Isso dificultará enormemente para os pais que têm filhos em ciclos diferentes.
- 8- Aumenta a evasão escolar, principalmente no ensino noturno, já muitos alunos organizam sua vida em função do trabalho, estudam até às 23hs e acordam muito cedo.

9- Reduzirá oferta pelo ensino noturno e os cursos de EJA ou torná-los extremamente precários.

10- Com o ensino em ciclos divididos por escola, a implementação do Ensino em Tempo Integral e a flexibilização do currículo serão facilitados, retirando disciplinas e esvaziando a escola de conteúdo (MACHADO; BARBIO, 2015, s. p.).

Em resposta ao anúncio do projeto da “reorganização escolar”, a partir de 28 de setembro de 2015, os estudantes secundaristas paulistas realizaram diversos atos e manifestações, tanto na capital como no interior do Estado, como forma de protesto ao que consideravam ser uma proposta feita de cima para baixo. No dia 29 de outubro de 2015 foi divulgada a lista das escolas atingidas pelo projeto governamental, ou seja, aquelas que seriam fechadas, e outras que seriam modificadas –transformando-se em escolas técnicas, centro de ensino para adultos ou escola municipal – para abranger apenas um ciclo, provocando com esse remanejamento o deslocamento de aproximadamente 311 mil alunos que seriam transferidos de escola e 1,4 milhão que seriam diretamente impactados (SÃO PAULO, 2015a).

As tentativas de diálogo com o governo, na intenção de inserir a comunidade no debate do projeto e a não aceitação da voz dos estudantes resultou em novas formas de luta dos secundaristas, dando início às ocupações das escolas. Assim, em 9 de novembro de 2015, no ABC paulista, ocorreu a ocupação da E. E. Diadema, “tomada após uma madrugada de resistência às ameaças da Polícia Militar” (BRITO, 2016, p. 404). No dia seguinte aconteceu a ocupação da E. E. Fernão Dias Paes, localizada no bairro de Pinheiros, zona oeste de São Paulo.

Esse foi o início um movimento que em menos de um mês culminou com mais de 200 escolas ocupadas até 2 de dezembro de 2015 (G1. GLOBO, 2015a). A estratégia de ocupação das escolas foi articulada de maneira independente pelos estudantes secundaristas, sem participação das entidades oficiais do movimento estudantil, União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Estadual dos Estudantes (UEE), pois como referem Piolli, Pereira e Mesko (2016, p. 24), embora tenham recebido apoio de membros e grupos ligados a partidos e entidades estudantis, “as ocupações foram inteiramente controladas pelos próprios estudantes”. Esse argumento de independência do movimento é corroborado por Gimenes (2016, p. 2-3) ao comentar sobre suas principais características de,

Apresentam-se como movimentos praticamente espontâneos, sem uma arti-

culação orgânica, sem medo de explorar a plasticidade do novo, de novas formas de organização e de mobilização. Reivindicam características de maior horizontalidade, sem indicar porta-vozes e representantes, evitando a ligação com partidos, sindicatos e organizações estudantis tradicionais.

Contudo, é válido observar que se a ocupação das escolas ocorria mediante essa lógica de que os estudantes controlavam o movimento, todavia, este processo não foi homogêneo em todas as escolas. Por exemplo, Catini e Mello (2016, p. 1.181) afirmam que “muitos partidos, tendências e outras organizações políticas atuaram na ocupação das escolas”. Além disso, esses autores comentam que “[...] a dinâmica da luta se contrapunha à lógica de concorrência entre as organizações, ao vanguardismo e ao desiderato de se instrumentalizar as lutas sociais” (CATINI; MELLO, 2016, p. 1.182). Além dos argumentos desses autores sobre processo de autonomia versus dirigismo das lutas estudantis os já citados textos de Piolli, Pereira e Mesko (2016) e Januário et al. (2016) também lançam luzes para o debate sobre o aparelhismo político do movimento estudantil.

A partir da segunda metade de novembro de 2015 teve início o que se poderia chamar de processo de judicialização⁵ do movimento de ocupação das escolas, levado pelos estudantes contra a “reorganização escolar”, mediante a entrada em cena do poder judiciário. Assim, entre 12 de novembro e 3 dezembro de 2015, uma sequência de decisões do poder judiciário paulista, por meio do Tribunal de Justiça de São Paulo e do Ministério Público de São Paulo concedeu, suspendeu, e depois voltou a conceder a reintegração de posse das escolas ocupadas, conforme detalhadamente exposto por Januário et al. (2015, p. 15).

Além das ocupações das escolas, os secundaristas realizaram diversas manifestações na capital e interior do Estado. Porém como ocorreu na greve dos professores, no início do ano, as manifestações estudantis e as ocupações das escolas também foram alvo de intensa repressão policial (CARTACAPITAL, 2015), conforme extensamente documentada no livro “Escolas de Luta” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016) cujas fotografias ilustram a resistência estudantil às forças de repressão policial-estatal. Como referiu Gimenes (2016), o uso da força policial foi um fator que estimulou ainda mais

⁵ Como explica Burckhart (2015, p. 224), “a judicialização dos movimentos sociais se firma a partir da lógica neoliberal, e estanca o poder emancipatório das lutas sociais e políticas, trazendo-as para a discussão burocrático-jurídica, impedindo a sua articulação como movimento e negando-lhes a condição humana de sujeitos políticos, capazes de reivindicar autonomamente e coletivamente seus direitos”.

revolta e aumentou as mobilizações, haja vista sua desproporção e arbitrariedade. Na visão da autora, uma das explicações para essa violência pode ser buscada em Harvey (2012, p. 64), para quem isto mostra que não apenas “o sistema está quebrado e exposto, mas também é incapaz de qualquer outra resposta que não a repressão”.

Em 14 de novembro, o governo do Estado anunciou a promoção do “Dia E” (de Educação), quando todas as escolas estaduais estariam abertas para receber pais, alunos professores e diretoria escolar para esclarecer dúvidas sobre o projeto de “reorganização”. Como refere Januário et al. (2016, p. 4, grifos dos autores), nessa tentativa de abrir um canal de discussão com a comunidade escolar, o governo já deixava claro que “não tinha intenção nenhuma de criar meios para a comunidade ser ouvida e levada em conta na *formação* do processo, mas sim de *informá-la, comunicá-la, fazê-la entender*”.

Em 19 de novembro de 2015, o secretário da Educação paulista, em resposta as ocupações das escolas pelos estudantes, anunciou que o projeto de “reorganização escolar” não seria suspenso. Em decorrência, houve um recrudescimento nas ações estudantis de ocupação das escolas e nas manifestações. Uma das formas de protesto dos secundaristas foi o boicote ao exame do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), realizado em 24 e 25 de novembro. Com isso, o exame deixou de ser realizado em 174 das 5.147 escolas estaduais que estavam ocupadas (G1. GLOBO, 2015b).

Em 30 de novembro de 2015, o governo estadual paulista editou o Decreto nº. 61.672, que autorizou a transferência de funcionários da Secretaria de Educação de uma escola para outra, dentro do programa de “reorganização escolar” (SÃO PAULO, 2015b). No entanto, o texto do decreto não garantia que os professores e funcionários poderiam escolher a escola de destino, e nem que seus direitos seriam preservados, além de não deixar claras as regras que regulamentariam esse processo. Esse ato, mais uma vez, sinalizou a falta de disposição do Estado de abrir o diálogo com a comunidade escolar que seria afetada por essas medidas.

Diante do recrudescimento do movimento estudantil secundarista, pouco mais de quinze dias depois, no dia 4 de dezembro de 2015, e após 42 dias de ter apresentado o projeto da “reorganização escolar”, o governador do Estado de São Paulo, anunciou a sua suspensão (SÃO PAULO, 2015c), e o secretário estadual da educação entregou o seu cargo. Apesar disso, os secundaristas mantiveram

as escolas ocupadas a fim de obter garantias reais quanto à suspensão do projeto proposto pelo Estado. Algumas escolas foram sendo desocupadas pacificamente ao longo do mês, enquanto que outras foram desocupadas à força durante a reintegração de posse concedida pela justiça. No dia 4 de janeiro de 2016, a Escola Estadual Fernão Dias Paes foi desocupada de forma pacífica. Quinze dias depois, os secundaristas das duas últimas escolas ocupadas do Estado entregaram as chaves e desocuparam os prédios. Na visão de Santos (2016, p. 2),

A persistência e organização dos estudantes, bem como o desamparo legal do Estado para exigir a desocupação, resultaram na suspensão do projeto. É inegável que esta vitória dos estudantes causou uma crise política no governo. Também é inegável que o envolvimento de movimentos sociais e de partidos políticos junto aos estudantes favoreceu a organização destes, sendo este um fator de crítica, inclusive, por setores ligados ao governo e à grande mídia que afirmavam que os estudantes estavam sendo manipulados.

O Quadro 1 sintetiza os principais acontecimentos ocorridos entre junho de 2015 e janeiro de 2016 e inclui os antecedentes movimento de ocupação das escolas públicas no estado de São Paulo.

QUADRO 1 - Linha do tempo da ocupação das escolas públicas de São Paulo (2015-2016). Fonte: Os autores.

| Datas | Ações |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 13/3 a 15/6 | Mobilização dos professores da rede pública estadual de ensino culminando com o início (13/3) e fim da greve (15/6). |
| 23/9 | Secretaria da Educação de São Paulo anuncia plano da “reorganização escolar”. |
| 26/9 | Divulgação pela Secretaria de Educação da lista das escolas que seriam alvo da “Reorganização Escolar”. |
| 28/9 | Início das manifestações estudantis (capital e interior) contra a “reorganização escolar”. |
| 28/10 | Divulgação da lista das 93 escolas que seriam fechadas. |
| 9/11 | Ocupação da Escola Estadual Diadema, no ABC. |
| 10/11 | Ocupação da Escola Estadual Fernão Dias Paes, em Pinheiros, na capital paulista. |
| 13/11 | Justiça concede reintegração de posse na E. E. Fernão Dias, mas decisão é derrubada pelo juiz da 5ª Vara de Fazenda Pública. |
| 14/11 | Dia “E” (de “Educação”) promovido pela Secretaria de Estado da Educação |
| 19/11 | Anúncio da manutenção do plano de “reorganização escolar” pelo Secretário da Educação Herman Voorwald. |
| 23/11 | Desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo defendem as ocupações das escolas contra o governo do Estado. |
| 24 e 25/11 | Boicote da maioria dos estudantes secundaristas ao SARESP. |
| 24/11 | “Doe uma aula” – criação de um banco de aulas e oficinas com voluntários. |
| 1/12 | Publicação do Decreto n. 61.672, de 30/11/2015, disciplinando a transferência dos integrantes do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação. |
| 2/12 | 213 escolas ocupadas, não só na capital do Estado de São Paulo, mas também no interior. |
| 3/12 | Ação civil pública de suspensão da “reorganização escolar” solicitada pelo Ministério Público e Defensoria Pública do Estado de São Paulo. |

| | |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 4/12 | Anúncio do adiamento da “reorganização escolar” pelo governador Geraldo Alckimin e entrega do cargo de Secretário de Estado da Educação, por Herman Vorwald. |
| 5/12 | Publicação do Decreto n. 61.692 revogando o Decreto n. 61.672 que permitia a “reorganização escolar”. |
| 6 e 7/12 | “Virada da Ocupação”, organizada pela ONG “Minha Sampa”. |
| 4/1/2016 | Desocupação da Escola Estadual Fernão Dias Paes. |
| 19/1/2016 | Desocupação das últimas escolas. |

Conforme já destacado, alguns acontecimentos que antecederam o processo de ocupação das escolas – como as greves dos professores paulistas – motivaram o processo de ocupação das escolas, e outros que ocorreram posteriormente deixaram claro que a suspensão do plano de “reorganização escolar” não bastaria para suspender os protestos dos estudantes. Durante esse processo de ocupação, alguns aspectos relativos às formas de organização e atuação dos estudantes foram fundamentais para que atingissem seus objetivos na luta contra o plano de “reorganização escolar”. É o que se verá a seguir.

As Formas de Organização e Atuação dos Estudantes na Ocupação das Escolas

É recomendável que durante o dia sejam realizadas atividades na ocupação com a participação de alunos, professores, pais, e todos que apoiem as ocupações. [...] Essas atividades tanto podem ser recreativas quanto de formação (O MAL EDUCADO, 2016a, p. 3).

Para a melhor compreensão do processo de luta contra a “reorganização escolar” levado a cabo pelos estudantes secundaristas, alguns elementos contextuais, como por exemplo, a conexão com movimentos sociais anteriores, se tornaram catalisadores dos protestos. Outros elementos relacionados às estratégias e táticas do movimento estudantil devem ser levados em consideração, entre eles a ampla utilização de tecnologias digitais de comunicação que tiveram um papel fundamental na comunicação e organização dos estudantes. Nesse processo, foram fundamentais o apoio da sociedade e a cobertura da mídia tradicional e alternativa que emergiram durante a resistência estudantil.

No contexto da conexão com outros movimentos sociais, destacamos como estimuladores do processo de lutas estudantis, a explosão das Jornadas de Junho de 2013 em várias capitais do país, e o Movimento do Passe Livre São Paulo (MPL-SP), de reivindicação contra o aumento no preço das passagens dos transportes públicos. Como referido em um manifesto pelo Comando dos Secundaristas em Luta de São Paulo:

Os atos de rua eram uma tática que se mostrou ser uma ferramenta de luta eficiente em junho de 2013, na revolta contra o aumento da tarifa, e nós, secundaristas, acreditávamos que seria igualmente efetiva para derrubar o projeto autoritário do Estado de reorganização. Após ficar outubro inteiro fazendo dois atos por semana e não recebendo nenhuma atenção por parte do governo e da mídia, vimos que deveríamos mudar de tática. Naquele momento deixamos de ocupar as ruas e decidimos ocupar aquilo que já deveria ser nosso: as escolas (COMANDO, 2015, s. p.).

Igualmente importante nesse processo foi o coletivo de jovens denominado “O Mal Educado”, que teve como objetivo “registrar e divulgar experiências de luta e organização vividas por alunos de diferentes escolas” (O MAL EDUCADO, 2016b). Como refere Januário et al. (2016, p. 21), essas organizações possuem conexões concretas pois compartilham “certa cultura política, um repertório político que privilegia a ação direta, uma valorização da horizontalidade, bem como uma recusa declarada à ‘política tradicional’, com seus partidos e lógicas mais formais e institucionalizados”.

Assim, a tradução e adaptação da cartilha “Como Ocupar um Colégio” realizada pelo coletivo “O Mal Educado” e difundida entre os secundaristas paulistas tornou-se uma espécie de “guia para ação”. Esse documento, elaborado pela Frente de Estudantes Libertários da Argentina, relata a “Revolta dos Pinguins”, isto é, a onda de protestos e mobilizações de estudantes secundaristas chilenos que ocorreu em 2006, assim chamada em referência ao uniforme escolar usado pelos alunos. A cartilha continha um plano de ação com diretrizes para a organização da ocupação, que apresentava de forma detalhada o funcionamento das assembleias estudantis e recomendava a realização de atividades que envolvessem a participação de alunos, professores, pais e demais apoiadores do movimento. Também era sugerido um conjunto de princípios básicos – e não uma “fórmula secreta para ocupar um colégio” – para que o processo de ocupação ocorresse de forma organizada que incluía a constituição de comissões de alimentação, segurança, imprensa, informação, limpeza, e relações externas (O MAL EDUCADO, 2016a).

Como argumenta Brito (2016, p. 405), as ocupações se organizavam a partir de “princípios comuns a todas – a democracia direta nos processos decisórios, auto-organização e gestão coletiva do espaço, refletindo a existência de certa organicidade no movimento estadual”. Outro aspecto a ser destacado no processo de organização e atuação dos estudantes durante as ocupações foi a utilização de ferramentas digitais de interação social para compartilhamento de informação, tais como as redes sociais Facebook e Twitter, softwares telefônicos para troca de mensagens, grupos de ‘WhatsApp’, as tecnologias multimídia de imagem e som para postagem de vídeos, YouTube.

Tais ferramentas facilitavam a comunicação entre cada escola ocupada para organização de atos e manifestações em conjunto. Além disso, todas as ocupações criaram uma página no Facebook e por meio dela postavam fotos do dia a dia das ocupações, por exemplo, a limpeza do prédio, o desenvolvimento das atividades etc. Esses recursos foram “peças-chave na circulação de informações sobre convocações, atos e toda sorte de atividades”, como refere Seidl (2014, p. 73), uma vez que facilitaram a comunicação entre os estudantes de cada escola ocupada para organização de atos e manifestações conjuntas.

O apoio da sociedade ao movimento estudantil secundarista foi outro elemento fundamental no processo de luta contra a “reorganização escolar”. Várias foram as ações nessa direção, tais como o envolvimento de pais, professores e simpatizantes do movimento que se voluntariaram para doar alimentos, materiais de limpeza e colchonetes para os estudantes que estavam nas escolas ocupadas. Como referem Mekari e Zinet (2015), o apoio e a participação dos pais dos estudantes e dos movimentos sociais foram fundamentais nas lutas travadas entre os estudantes e o governo estadual. Destacam-se, entre essas ações de solidariedade ao movimento estudantil secundarista, a campanha “Doe uma aula”, que convocou voluntários para ministrarem aulas públicas e oficinas de arte, literatura, ou até aulas convencionais de português e matemática, e outras temáticas como cidadania, feminismo, direitos humanos etc., bem como a atuação do Comitê de Mães e Pais em Luta, uma rede que reuniu familiares e apoiadores de várias escolas ocupadas (COMITÊ, 2016).

O Atual Contexto pela Defesa da Escola Pública Socialmente Referenciada

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o Homo faber do Homo sapiens (GRAMSCI, 1982, p. 6)

As ocupações das escolas públicas protagonizadas pelos estudantes paulistas, a partir de 2015, ocorreram em contexto mais amplo de mudanças recentes no cenário das políticas públicas de educação, por meio de medidas legais editadas de forma precipitada sob o argumento de urgência e sem diálogo com especialistas e a comunidade. Como refere Frigotto (2016, p. 1-2) esse contexto

[...] liquida a dura conquista do ensino médio como educação básica universal para a grande maioria de jovens e adultos, cerca de 85% dos que frequentam a escola pública. Uma agressão frontal à constituição de 1988 e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [...] O ajuste ou a austeridade que se

aplica à classe trabalhadora brasileira, da cidade e do campo, pelas reformas da previdência, reforma trabalhista e congelamento por vinte anos na ampliação do investimento na educação e saúde públicas, tem que chegar à escola pública, espaço onde seus filhos estudam.

Desse modo, as lutas estudantis levadas pelos estudantes paulistas podem ser entendidas em um contexto de dupla significação: 1) a reivindicação pela melhoria da qualidade do ensino e, 2) a defesa do espaço físico escolar como lócus sociopolítico de manifestação democrática. E suas consequências são expostas a seguir.

Quanto ao sentido da reivindicação efetiva pela melhoria da qualidade do ensino, humanístico + tecnológico + ginástica⁶, a reforma do ensino médio proposta por meio da medida provisória 746 (BRASIL, 2016a) suprimiu a obrigatoriedade das disciplinas de humanidades – como Filosofia e Sociologia –, e transformou as Ciências da Natureza opcionais em determinados “itinerários formativos específicos”. Ou seja, a metade do tempo total do ensino médio, que corresponde a 1.200 horas, seria destinada aos conteúdos obrigatórios definidos pela Base Nacional Comum Curricular. Na outra metade de suas respectivas formações, os alunos poderiam realizar a escolha entre cinco itinerários: Línguas; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas; e Formação Técnica e Profissional. Além disso, essa medida centralizava a obrigatoriedade curricular em apenas três disciplinas ao longo do ensino médio: Português, Matemática e Inglês. Portanto, a necessidade de se estabelecer uma relação orgânica e unitária entre Humanidades, Filosofia, Sociologia, História etc.; Ciências da Natureza, que se expressam pelas tecnologias; e Ginástica, configurada na Educação Física fica, de forma irremediável, comprometida.

Em síntese, a fragmentação que perpassa a proposta do novo ensino médio, que inviabiliza

⁶ Nesse contexto é imperioso enfatizar que a mais clássica concepção educacional gerada historicamente pela chamada civilização ocidental, e que teve início na Grécia Arcaica (800 a. C. – 500 a. C.), propugnava por uma formação *omnilateral* do homem, ou seja, a constituição de um homem completo com base no pleno domínio da arte do fazer, que até o início da Idade Moderna era exclusivamente a preparação para a guerra, e da arte do falar, que depois da Idade Medieval voltou a ser a política.

a formação *omnilateral* da juventude, está muito longe da clássica tradição cultivada no mundo contemporâneo. Assim, os jovens, principalmente aqueles de extração social situada nas classes populares, ficarão excluídos do acesso aos conhecimentos disciplinares canônicos historicamente acumulados pela humanidade na nova configuração do Ensino Médio.

Já em relação ao significado da defesa do espaço físico escolar como *locus* sociopolítico de manifestação democrática, material + subjetivo, a combinação do chamado “ajuste fiscal” configurado na Proposta de Emenda Constitucional n. 55 (PEC) (BRASIL, 2016b)⁷ – que congela os investimentos primários consagrados na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) por vinte anos – com a Medida Provisória n. 746, que reformula o ensino médio, terá um efeito catastrófico no âmbito das políticas públicas, notadamente com relação à educação e à saúde. No caso específico das escolas públicas de “educação integral” passa necessariamente pela construção de novos edifícios substituindo prédios e baracões deprimentes, denominados “escolas”.

Esse novo padrão de infraestrutura exigiria salas de aula para 25 alunos com lousas conectadas à internet; laboratórios de Física, Química e Biologia; complexos poliesportivos, com piscinas, ginásios, e campos para esportes coletivos; biblioteca, teatro; refeitórios; espaços físicos apropriados para o repouso dos alunos, funcionários e professores; e prédios adaptados de acordo com as condições climáticas de cada região do País. Essas são condições *sine qua non* para iniciar o processo de ruptura entre “escolas para pobres e escolas para ricos” que secularmente marcou a história da educação brasileira, compondo a base estrutural de uma escola pública de qualidade compatível com a riqueza do Brasil.

Assim sendo, a MP 746, que acena com a estruturação do ensino médio, vai se revelar totalmente vazia de conteúdo por conta dos congelamentos dos investimentos públicos – 18% da União e 25% dos estados federados – impostos pela PEC n. 55. Ao analisar as inconstitucionalidades desse “novo regime fiscal” e seus impactos Vieira Junior (2016, p. 39) argumenta que a PEC 55 “significará verdadeiro retrocesso no atendimento às demandas crescentes endereçadas à educação pública”. Na

⁷ Na Câmara dos Deputados essa PEC recebeu o número 241 e foi aprovada em 26/10/2016. Quando passou a tramitar no Senado recebeu a numeração 55, e foi aprovada no primeiro turno em 29/11/2016 (BRASIL, 2016b).

visão do autor, “o ano de 2017 passa a ser, num delírio ficcional constitucional, arbitrado artificialmente, a base ideal de recursos mínimos em saúde e educação sobre a qual incidem as revisões inflacionárias para os próximos dezenove anos na área de educação e da saúde” (VIEIRA JUNIOR, 2016, p. 35).

A conclusão que se pode chegar é que essa reforma do ensino médio é mais uma das reformas educacionais da história da educação brasileira que objetiva manter o binômio do elitismo, os jovens das camadas mais altas da classe média matriculados nas escolas privadas com mensalidades superiores a quatro salários mínimos, e os jovens das classes populares frequentando “escolas de tempo integral”, em velhos edifícios, sem a possibilidade de estudarem Filosofia, Sociologia, Educação Física. E mais, ainda esvazia o ensino de Química, Física e Biologia ao transformá-los em um “itinerário formativo específico” denominado “Ciências da Natureza”. Eis no que irá redundar, na prática, a implementação da MP 746.

Por último, vale mencionar que em 19 de dezembro de 2016 o Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu da Procuradoria Geral da República um parecer pela inconstitucionalidade da MP 746, que busca a reforma do ensino médio, sob o argumento de que “por seu próprio rito abreviado, não é instrumento adequado para reformas estruturais em políticas públicas, menos ainda em esfera crucial para o desenvolvimento do país, como é a educação”. Aliado a isso, entre as irregularidades apontadas no parecer está a supressão indevida do ensino de Artes e Educação Física, as quais, na visão do procurador-geral, são “dimensões fundamentais para o pleno desenvolvimento humano, na medida em que aprimoram capacidades importantes como empatia, crítica, pensamento criativo e sensibilidade” (MP DO ENSINO, 2016).

Em Modo de Conclusão: O Que Move os Estudantes?

“Podem acabar com a nossa verba e não com o nosso verbo” (Palavra de ordem dos estudantes secundaristas paulistas, 2015).

“A luta pela interpretação dos protestos não é apenas ‘epistemológica’ (...) é também uma luta ‘ontológica’, que diz respeito à coisa em si, que ocorre no centro dos próprios protestos” (ZIZEK, 2013).

A concepção tecnicista, baseada na teoria do capital humano, que goza de ampla influência no âmbito da educação brasileira, sequestra o afeto e a subjetividade dos processos de ensino e de

aprendizagem que se materializam por meio das complexas e contraditórias relações entre professores e alunos. A ideologia tecnicista opera uma ruptura entre educação e instrução com profundas consequências para a formação completa dos futuros cidadãos da República. Assim, a formação dos jovens das amplas camadas populares, que formam o grande contingente de trabalhadores, fica reduzida exclusivamente à instrução, ou seja, é concebida apenas e exclusivamente do ponto de vista da reprodução do capital.

É exatamente contra essa concepção reducionista de formação humana, empobrecedora tanto do corpo como da subjetividade dos alunos das escolas públicas brasileiras, que o movimento estudantil secundarista resiste às reformas educacionais impostas pela pauta governamental neoliberal em âmbito nacional, particularmente no Estado de São Paulo, a partir de 2015. E conforme já referiu Dantas (2012, p. 118), ao analisar a política educacional paulista do governo Alckmin:

[..] a reforma da educação proposta nas últimas décadas para o Estado de São Paulo alterou substancialmente a escola pública, imprimindo-lhe uma feição mercadológica, afastando-a de seu fim precípua, que é o de formar indivíduos autônomos e não apenas mão de obra para o mercado de trabalho. Valeu-se, para tanto, do desmantelamento do sistema educacional, da pauperização e desvalorização econômica e intelectual de seus agentes.

As escolas públicas, nesse contexto, transformaram-se em meras instituições armazenadoras de corpos humanos que são preparados para o mercado de trabalho regido pelas relações capitalistas de produção. Assim podemos dizer que as escolas públicas se constituíram em verdadeiras instituições de segregacionistas que os jovens das camadas populares urbanas são obrigados a frequentar durante, no mínimo, nove anos. Segregados e isolados, cultural e politicamente, os novos protagonistas da educação brasileira diferem, historicamente, dos anteriores sujeitos que lutaram em defesa da escola pública desde os primeiros decênios do século XX. A grande diferença está no fato de que, agora, os novos protagonistas não lutam por uma escola pública para todos os que estão colocados “no andar de baixo

do edifício societário”⁸, eles próprios são os “de baixo” do ponto de vista ontológico.

Esses novos *condottieres*, que empreendem a luta em defesa de uma escola pública com qualidade de ensino socialmente referenciada, têm um entendimento político muito claro a respeito do valor estratégico da luta que estão travando, ou seja, da disputa colocada entre socialização da riqueza material e simbólica, socialmente produzida, ou concentração, dessa mesma riqueza, nas mãos de poucos. Conforme os argumentos de Oliveira (2016, p. 54), “ocupar e resistir na escola pública representou não apenas autodefender o direito a uma educação de qualidade, mas também de autodefini-la a partir das reais necessidades dos estudantes que insurgiram contra um processo antidemocrático que veio de cima para baixo”. Eis, portanto, a questão que está em jogo nas ocupações das escolas públicas brasileiras hoje.

Na visão de Moraes e Ximenes (2016, p. 1081) “a percepção sobre a escola e seu espaço foi modificada pela ocupação”. Esses autores argumentam que:

A permanência dos estudantes no espaço escolar por longos períodos propiciou-lhes um processo de apropriação da escola que é pública. A diversidade de experiências alimentou de sentidos inovadores o próprio significado do que é público na escola. A resistência à política autoritária e burocrática do governo estadual mostrou à população que a escola não é do governo de plantão, a escola é pública; cabe ao Estado assegurar condições adequadas de funcionamento mas sua qualidade também depende da capacidade de ser apropriada pelo público, por professores, estudantes, pais e comunidade. Mostraram que cada escola pode ser uma experiência única, ainda que voltada a alguns objetivos sociais comuns (MORAES; XIMENES, 2016, p. 1081).

Finalmente, é válido mencionar a reflexão que o próprio movimento estudantil paulista fez após as desocupações das escolas:

Analisamos, porém que as ocupações já cumpriram sua função e que é hora de mudar de tática. Reiteramos ainda que as ocupações em si não são o mo-

⁸ É válido mencionar que ao utilizarmos a expressão “andar de baixo do edifício societário” quisemos aludir à condição de classe dos sujeitos históricos, tal como referida nos textos marxistas de Lênin, Trotsky e Gramsci, e brilhantemente utilizada como metáfora das classes sociais no clássico texto de Jack London, “*What life means to me*”, publicado originalmente como um panfleto em 1905 e reunido em 1910 no livro “*Revolution and other essays*” (LONDON, 1910). No Brasil esse ensaio foi traduzido por Nelson Jobim e aparece em uma reimpressão da obra original com o título “A paixão do socialismo” (LONDON, 2011).

vimento secundarista, mas uma das táticas utilizadas por este. Se desocupamos, não é de forma alguma por não haver outra opção, mas justamente por haver outras, que no momento julgamos mais efetivas. Mudamos de tática agora assim como inicialmente decidimos sair das ruas e ocupar nossas escolas, e o movimento continua (COMANDO, 2015, s. p.).

Assim, esse movimento de ocupação das escolas pelos estudantes secundaristas sinalizou não só um momento de conscientização e disposição de lutas que foram tecidas nos embates com a burocracia estatal, mas principalmente refletem um novo papel da escola pública vista como espaço de formação democrática de cidadãos politicamente ativos, conscientes dos seus respectivos protagonismos sociais, culturais e econômicos.

Referências

ADAD, S. J. H. C.; SOUSA, A. C. M. “Pro dia nascer feliz” nas escolas ocupadas por estudantes secundaristas: notas para uma educação da insurreição. **RevistAleph**, v. 13, n. 27, p. 1-11, 2016.

ALMEIDA JR., G. P. Invasão ou ocupação? A palavra em disputa na imprensa durante o movimento estudantil secundarista de 2015 nas escolas estaduais de São Paulo. **INTERCOM – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 39. Anais do... São Paulo: INTERCOM, 2016. p. 1-11. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0402-1.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

APEOESP. É greve! Professores decretam greve por tempo indeterminado. **Boletim Apeoesp Informe Urgente**, n. 61, de 12 de junho de 2015. [2015a] Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/apoesp-urgente/n-16-e-greve-professores-decretam-greve-por-tempo-indeterminado/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

APEOESP. Assembleia decide suspender a greve e organizar ações de mobilização social em defesa da escola pública. **Boletim Apeoesp Informe Urgente**, n. 61, de 12 de junho de 2015. [2015b] Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/apoesp-urgente/n-61-assembleia-decide-suspender-a-greve/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória no. 746**, de 22 de setembro de 2016: Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. [2016a]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 14 jan. de 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº. 55**, de 2016 – PEC dos gastos públicos. [2016b]. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

BRITO, L. Junho de 2013, novembro de 2015: as escolas de luta da juventude do proletariado marginal. In: **SEMINÁRIO DO TRABALHO: Trabalho, Crise e Políticas Sociais na América Latina**, 10. Anais do... Marília: Unesp/Canal6, 2016. p. 400-410. Disponível em: <http://www.canal6.com.br/x_sem2016/>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BURAWOY, M. Encarando um mundo desigual. **Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.22, n.1, p. 142-181, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/102220/100620>> Acesso em: 28 nov. 2016.

BURCKHART, T. R. Ativismo judicial e a judicialização dos movimentos sociais no Brasil: uma análise a partir de Hannah Arendt e Giorgio Aganbem. **Revista Jurídica**, Blumenau, v. 19, n. 38, p. 223-238, 2015.

CAMPOS, A. M; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. **Escolas de luta**. São Paulo: Venetta, 2016.

CARTACAPITAL. Em vídeos e fotos, a repressão da PM aos estudantes secundaristas. 2 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/em-videos-e-fotos-a-repressao-da-pm-aos-estudantes-secundaristas-8726.html>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

CATINI, C. R.; MELLO, G. M. C. Escolas de luta, educação política. **Educ.Soc.** Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, 2016.

COMANDO dos Secundaristas em Luta das Escolas de São Paulo. **Manifesto**. 17/12/2015. [2015]. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/mal.educado.sp/posts/732130106920737>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

COMITÊ de Mães e Pais em Luta. **Histórico**. [2016]. Disponível em: <<https://maesepaisemluta.wordpress.com/historico/>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

CORRÊA, M. D. C. A greve dos professores no Paraná em 2015: política, subjetividade e resistência. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 15, n. 2, p. 317-335, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/7922>>. Acesso em: 28 set. 2016.

DANTAS, G. K. G. **Política educacional paulista (1995-2012): dos primórdios da reforma empresarial neoliberal à consolidação do modelo gerencial**. 2013. 153f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de São Paulo, Marília, 2013.

FRIGOTTO, G. **Reforma de ensino médio do (des)governo de turno**: decreta-se uma escola para ricos e outras para pobres. 22/9/2016. Rio de Janeiro: Anped, 2016. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/reforma-de-ensino-medio-do-des-governo-de-turno-decreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

G1. Globo. **Ocupações, atos e polêmicas**: veja o histórico da reorganização escolar. 4/12/2015. [2015a]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2015/12/ocupacoes-atos-e-polemicas-veja-historico-da-reorganizacao-escolar.html>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

G1. Globo. **Sem Saesp em escolas ocupadas, SP deixará de pagar R\$30 mil de bônus.** 25/11/2015. [2015b]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/sem-saesp-em-escolas-ocupadas-sp-deixara-de-pagar-r-30-mi-de-bonus.html>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

GIMENES, C. I. **Ocupar e resistir:** entre o político e o pedagógico nas escolas ocupadas. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/02/ocupar-e-resistir-entre-o-politico-e-o-pedagogico-nas-escolas-ocupadas/>>. Acesso em 28 nov. 2016.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, D. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, D. et al.(Org.), **Occupy:** movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 57-64.

JANUÁRIO, A. et al. As ocupações das escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro: Política, Cultura & Teoria**, São Paulo, v. 9, p. 1-26, 2016. Disponível em: <<http://www.revistafevereiro.com/pdf/9/12.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

LONDON, J. What life means to me. In: _____ (Org.), **Revolution and other essays.** New York: The McMillan Company, 1910. p. 291-309.

LONDON, J. O que a vida significa para mim. In: LONDON, J. (Org.), **A paixão do socialismo:** de vagões e vagabundos & outras histórias. Tradução Nelson Jobin. Porto Alegre: L&PM, 2011.

MACHADO, M.; BARBIO, M. 10 motivos para ser contra a reorganização das escolas do Estado de São Paulo. **Esquerda Diário**, 1º de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/10-motivos-para-ser-contra-a-reorganizacao-das-escolas-do-estado-de-Sao-Paulo>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

MEKARI, D.; ZINET, C. **Em São Paulo, ocupações de escolas se fortalecem com o apoio da comunidade.** 17 nov. 2015. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/11/17/em-sao-paulo-ocupacoes-de-escolas-se-fortalecem-com-o-apoio-da-comunidade/>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

MENEZES, A. L.; GOMES, R. A. L. A midiaticização da luta dos estudantes secundaristas contra a reorganização do ensino proposta pelo governo do Estado de São Paulo. **INTERCOM – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 39. Anais do... São Paulo: INTERCOM, 2016. p. 1-14. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/lista_area_IJ-DT7.htm>. Acesso em: 28 nov. 2016.

MORAES, C. S. V.; XIMENES, S. B. Políticas educacionais e resistência estudantil. **Educ.Soc.**, v. 37, n. 137, p. 1079-1087, 2016.

MP DO ENSINO Médio é inconstitucional e fere direito à educação, diz Janot. **Estado de S. Paulo**, 20/12/2016. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2016/12/20/mp-do-ensino-medio-e-inconstitucional-diz-janot.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

O MAL EDUCADO. **Como ocupar um colégio.** [2016a]. Disponível em: <<https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colic3a9gio.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

O MAL EDUCADO. **Quem somos.** [2016b]. Disponível em: <<https://gremiolivre.wordpress.com/quem-somos/>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

OLIVEIRA, S. B. As ocupações secundaristas em SP: da autodefesa do espaço à escola autogerida. **Revista Pensata**, v. 5, n. 2, p. 52-56, 2016.

PIOLLI, E.; PEREIRA, L.; MESKO, A. S. R. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 21-35, 2016.

SANTOS, J. S. Movimento de ocupação das escolas públicas paulistas. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE TEORIA MARXISTA: o capitalismo e suas crises**, 2. Anais do... Uberlândia: Pueblo Ed., 2016. p. 1-13. Disponível em: <<http://seminariomarx.com.br/wp-content/uploads/2016/08/o-movimento-de-ocupa%C3%A7%C3%A3o-das-escolas-p%C3%BAblicas-paulistas-artigo-completo.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **Confira aqui as escolas que passarão pela reorganização**. 29/10/2015. [2015a]. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/confira-aqui-todas-as-escolas-que-atenderao-a-reorganizacao>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

SÃO PAULO. Poder Executivo. **Decreto nº. 61.672**, de 30 de novembro de 2015. Disciplina a transferência dos integrantes dos Quadros de Pessoal da Secretaria da Educação e dá providências correlatas. [2015b]. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=176564>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Decreto nº. 61.692**, de 4 de dezembro de 2015. [2015c]. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=176627>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

SEIDL, E. Notas sobre ativismo juvenil, capital militante e intervenção política. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 63-78, 2014.

VIEIRA JUNIOR, R. J. A. As inconstitucionalidades do “Novo Regime Fiscal” instituído pela PEC n. 55, de 2016 (PEC n. 241, de 2016, da Câmara dos Deputados). **Boletim Legislativo**, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa, Brasília: Senado Federal, v. 53, p. 1-48, nov. 2016. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/525609/Boletim_53_RonaldoJorgeJr.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 jan. de 2017.

ZIZEK, S. Problemas no paraíso. In: **CIDADES REBELDES: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 69-73.

Recebido em: 07/02/2017.

Aceito em: 09/03/2017.